

"A reforma tributária tem só uma saída: o corte de gastos do governo"

O aumento da carga tributária no Brasil, que agora incidiria sobre as aplicações de capital, segundo anunciou o presidente José Sarney na última sexta-feira, criará inúmeros problemas para o desenvolvimento econômico do país. Esta é a opinião do advogado



tributarista Ives Gandra da Silva Martins, (foto), para quem a reforma tributária brasileira tem apenas uma saída: o corte de gastos do governo. A taxaçaõ maior dos investimentos nos mercados financeiro ou de capitais reduziria, no entender do especialista, a capacidade de aplicação do setor privado, transferindo-a para o Estado, que é mais ineficiente.

"Não há outra saída senão o corte de gastos. As estatísticas sobre a carga tributária apresentada pelo presidente da República falseiam a realidade e são utilizadas por quem não quer mexer no ponto nevrálgico", afirma o especialista. Segundo ele, embora o presidente da República não tenha detalhado, existem três alternativas para se taxarem os ganhos de capital, além de se gravarem mais os altos salários, como vem anunciando o ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira. Todas elas são, no entender de Silva Martins, prejudiciais ao país e, no mínimo inflacionárias.

A taxaçaõ maior do mercado financeiro, por exemplo, poderia levar a duas conseqüências: ou aumentam os juros para se manterem as margens de ganhos, o que no caso seria inflacionário, ou os capitais fugirão desse mercado, criando uma crise de liquidez. Neste caso, lembra o especialista, há o exemplo da Argentina que, quando decidiu gravar esses ganhos, acabou provocando a saída de capitais do país.

Outra alternativa de taxaçaõ dos ganhos de capital seria sobre as aplicações em bolsas de valores. Silva Martins acha a idéia uma piada. "O mercado brasileiro não é sólido. Há especulação e o aplicador nunca sabe se vai ganhar ou perder", diz ele. As bolsas de valores brasileiras, acrescenta, estão muito distantes dos mercados de ações dos países desenvolvidos. Em Wall Street, por exemplo, antes de tomar sua decisão, um investidor obtém ao apertar um botão de

computador todas as informações sobre uma companhia, como se comportam seus investimentos no Exterior, e análise de possibilidades de sucesso. "Aqui você não sabe o que acontece com as empresas, os balanços não são confiáveis e, além do mais, as empresas estatais alavancam 50% do mercado de ações", adverte ele. Assim, a tributação maior nesse mercado desincentivaria as aplicações.

A terceira alternativa seria taxar a patrimonialidade. Mas o especialista lembra que em qualquer país do mundo, especialmente os da Europa que fizeram experiências recentes, houve um insucesso total. Se a taxaçaõ for expressiva, ela cabará afugentando novas aplicações em patrimonialidade. Se for leve, ou seja, se impedir o desestímulo nesse tipo de aplicação, corresponderá a uma arrecadação tão baixa que será insuficiente para cobrir os custos de sua administração. "No Brasil, tenho certeza que tal experiência seria um fracasso rotundo", sentencia Silva Martins.

Por fim, o especialista comenta a idéia de se gravarem mais os altos salários. "É um absurdo, porque mesmo o governo já vem dizendo que os salários sofrem uma carga tributária insustentável. Elevar mais a carga já não se trataria de um tributo, mas de um confisco." Assim, em síntese, Silva Martins condena a adoção de qualquer novo tributo que venha a ser imposto pelo governo. "Só aceito uma estatística que até agora o governo não revelou", diz ele, referindo-se à carga tributária específica que pesa sobre o setor privado da economia.

Ou seja, embora o governo diga que a carga tributária bruta esteja em torno de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), Silva Martins diz que nessa conta está incluída a produção do próprio Estado, que detém dois terços da economia brasileira. Em outras palavras, ele gostaria de saber qual é a carga tributária que incide sobre o Produto Privado Brasileiro (PPB). Mas isso até agora nenhum governo, seja da Velha ou da Nova República, teve a coragem de revelar.

Vicente Dianezi Filho